

## FÉRIAS JUDICIAIS

# Redução dos dias melhorará tramitação processual

Notícias Políticas, 25-05-2018, Pág:08, ed 30.369

O ENCURTAMENTO do período de férias judiciais de dois para um mês permitirá maior efectividade de tempo para a tramitação processual e continuidade do serviço público prestado pelos tribunais.

Esta tese foi defendida esta semana no Parlamento pelo deputado Rui Sixpence Conzane, da bancada da Frelimo, pelo círculo eleitoral da Europa e Resto do Mundo.

Numa intervenção feita durante o debate da proposta de Lei de Revisão da Organização Judiciária, Rui Conzane disse que a redução dos dias de férias judiciais levará ao cidadão a ideia de uma justiça mais disponível e temporalmente mais próxima para atender às suas preocupações.

Por outro lado, disse o parlamentar, a medida concorrerá para o encurtamento do longo e difícil caminho em prol da simplificação e celeridade processuais, frisando que os atrasos na justiça e o congestionamento dos tribunais são interpretados como resultado do longo período de férias judiciais.

Considerou ser importante que se tenha em mente que os tribunais, como instituições de serviço público, devem ter em primazia o dever de satisfazer os anseios dos cidadãos, através da melhoria do sistema de administração da justiça.

Na sua intervenção, Rui Sixpence Conzane referiu-se igualmente à melhoria das condições de trabalho dos funcionários do secretariado-geral dos tribunais, um assunto que, segundo suas palavras, deve ser visto como uma prioridade. Indicou que a eficácia dos serviços prestados pela classe judiciária depende, em certa medida, das condições de trabalho que se providenciam para os funcionários dos tribunais.

“Os funcionários dos tribunais constituem uma classe de profissionais que, no contexto dos funcionários do Estado, têm



Deputado Rui Sixpence Conzane diz que os moçambicanos na Europa e Resto do Mundo clamam por maior assistência judiciária das autoridades nacionais

e merecem um tratamento especial, tendo em conta os perigos a que estão expostos, devido à natureza do seu trabalho que os torna alvos do crime organizado. Falar das condições de trabalho é para além das condições salariais e abarca um conjunto de incentivos e de medidas que tornem esta classe de servidores públicos imunes à tentação, corrupção e se sintam protegidos e valorizados no exercício das suas funções”, disse.

Afirmou que os desafios que se apresentam à Casa do Povo como local privilegiado para deliberar sobre os mais importantes diplomas relativos à justiça, ao Governo e aos responsáveis e operadores judiciários exige-se um esforço e uma responsabilidade partilhados, para se encarar com maturidade a necessidade de uma melhor organização judiciária.

“Fazendo isto, estaremos, certamente, a contribuir através do nosso papel individual e colectivo para a consolidação do nosso Estado de Direito democrático, promovendo a boa governação nas nossas instituições públicas e solidificando as bases para a aproximação da justiça

aos cidadãos e a celeridade processual”, indicou.

Segundo o deputado da Frelimo, a comunidade na diáspora, particularmente os moçambicanos residentes na Europa e no Resto do Mundo, clama por uma cada vez maior assistência judiciária das autoridades de administração da justiça do país. Disse que para uma aproximação efectiva da justiça a este segmento de moçambicanos, há que se repensar em aspectos que podem melhor valorizar o seu papel e criar condições da sua participação nos desafios do desenvolvimento do país, através de uma maior inclusão.

Afirmou que a ampliação dos direitos de participação política dos moçambicanos na diáspora e a possibilidade de permitir que por motivos de diversa ordem tenham adquirido a nacionalidade do país de acolhimento manterem a originária, são alguns aspectos que preocupam a diáspora.

“A comunidade moçambicana na diáspora está confiante que o nosso Governo irá encontrar a solução em volta das preocupações apresentadas”, disse.